

Gestão Municipal frente à Seca no Semiárido Mineiro: Análise dos municípios de Gameleiras, Ibiracatu e Pai Pedro

Autores:

Ágnez de Lélis Saraiva (agnez.saraiva@fjp.mg.gov.br)

Carolina Gomes Ribeiro (cgrcarol@gmail.com)

Matheus Fillipe Langanke de Carvalho (math_fellipe@hotmail.com)

Paulo Frederico Hald Madsen (paulo.madsen@fjp.mg.gov.br)

Resumo

Este estudo analisa a atuação das administrações públicas dos municípios de Gameleiras, Ibiracatu e Pai Pedro, localizados no semiárido mineiro, frente aos desafios impostos pelas secas e estiagens prolongadas. A pesquisa parte da constatação de que eventos extremos, como os citados, têm se tornado mais frequentes e severos, exigindo respostas mais estruturadas por parte do poder público local. A metodologia adotada consistiu em um estudo de caso, com base em dados socioeconômicos, documentos institucionais e políticas públicas em diferentes níveis de governo. Os resultados apontam que, apesar da existência de algumas iniciativas pontuais, como a instalação de cisternas e o abastecimento por caminhões-pipa, a gestão municipal das estiagens ainda é predominantemente reativa e desarticulada. Observou-se ausência de planos de gestão de riscos, fragilidade das estruturas de Defesa Civil e dificuldades na captação de recursos. Por outro lado, foram identificadas experiências locais relevantes que indicam caminhos possíveis para o fortalecimento da governança. Assim, o estudo destaca a necessidade de planejamento de longo prazo e da articulação entre diferentes esferas de governo. Além disso, a experiência desses municípios oferece importantes lições para outros territórios semiáridos que enfrentam os mesmos desafios diante das mudanças climáticas.

Resumo expandido

A intensificação das mudanças climáticas tem ampliado a frequência e a severidade de desastres relacionados à escassez hídrica, sobretudo em regiões historicamente vulneráveis como o semiárido brasileiro. Entre os eventos extremos que mais desafiam a administração pública local, destacam-se as secas e as estiagens prolongadas, que afetam diretamente a segurança hídrica, a saúde pública, a produção agrícola e a sustentabilidade ambiental. Nesse contexto, o norte de Minas Gerais, porção setentrional do estado incluída no Polígono das Secas, evidencia uma série de fragilidades estruturais que agrava os impactos desses eventos. A região apresenta baixos índices socioeconômicos, deficiência histórica de infraestrutura hídrica e precariedade na articulação institucional, tornando-se exemplar para a

análise da gestão pública frente aos desastres socioambientais associados à seca e à desertificação (Grimm *et al.*, 2020; Silva *et al.*, 2023).

Diante desse cenário, para o desenvolvimento do presente estudo, pergunta-se, como as administrações públicas dos municípios mineiros de Gameleiras, Ibiracatu e Pai Pedro atuam no enfrentamento das estiagens prolongadas? Esses municípios, localizados em uma das regiões mais afetadas do estado, foram escolhidos por apresentarem características representativas dos desafios enfrentados por pequenas cidades do Semiárido brasileiro. A pesquisa tem como objetivo, a partir dos casos estudados, analisar a atuação das administrações públicas dos três municípios para mitigar os impactos das secas e os limites e possibilidades de atuação local em um cenário de mudanças climáticas crescentes.

A metodologia adotada baseou-se em um estudo de caso dos três municípios mencionados. Na sua realização foram utilizados dados secundários provenientes de diagnósticos socioeconômicos, informações climatológicas, documentos institucionais e programas de governo em nível municipal, estadual e federal. A análise foi guiada por uma abordagem qualitativa, com ênfase na capacidade institucional local, nos instrumentos de governança existentes e na articulação com políticas públicas voltadas para a prevenção, mitigação, preparação e resposta a eventos de seca.

Os resultados revelam que, embora existam iniciativas locais voltadas para o enfrentamento da escassez hídrica — como a instalação de cisternas, abastecimento emergencial por caminhões-pipa e parcerias pontuais com órgãos estaduais —, a gestão das estiagens permanece predominantemente reativa e fragmentada. Observa-se a ausência de planos municipais de gestão de riscos e desastres, de coordenação efetiva da defesa civil e de integração com políticas estruturantes como o Plano de Ação Estadual de Combate à Desertificação (PAE-MG) e o Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Verde Grande. Essas lacunas dificultam a implementação de estratégias de longo prazo e a consolidação de uma governança local orientada para a resiliência climática (Martins *et al.*, 2018).

Além disso, os municípios apresentam ainda elevada dependência de recursos externos e fragilidades institucionais que comprometem a continuidade e a efetividade das ações. A baixa institucionalização das estruturas de Defesa Civil, a escassez de pessoal técnico qualificado e a limitada capacidade de captação de recursos dificultam a implementação de políticas permanentes. Contudo, também se observaram experiências positivas, como a mobilização comunitária em torno do uso sustentável

da água e o envolvimento de conselhos municipais na discussão de políticas ambientais e de assistência social. Essas ações revelam potenciais caminhos para a construção de uma governança local mais ativa e participativa (Silva *et al.*, 2023).

Como consideração final, conclui-se que é urgente o fortalecimento das capacidades institucionais dos governos subnacionais frente aos desastres socioambientais. A convivência com o semiárido exige planejamento de longo prazo, investimentos sustentáveis e a construção de políticas públicas integradas, baseadas em evidências e adaptadas às especificidades locais. Mais do que respostas emergenciais, é necessário articular ações preventivas e estruturantes que envolvam diferentes níveis de governo e atores sociais. A experiência de Gameleiras, Ibiracatu e Pai Pedro oferece importantes lições que podem ser replicadas em outros municípios do semiárido brasileiro.

Por fim, o trabalho contribui para a reflexão sobre os limites da atual governança de desastres no Brasil e aponta caminhos possíveis para o aprimoramento da gestão local diante das mudanças climáticas. Como passo futuro, destaca-se a necessidade de institucionalização de planos municipais de gestão de risco, qualificação de quadros técnicos, especialmente da defesa civil, e ampliação da cooperação intergovernamental, de modo a consolidar uma agenda de adaptação e justiça climática nos territórios mais vulneráveis do país.

Referências

GRIMM, Alice Marlene; *et al.* The combined effect of climate oscillations in producing extremes: the 2020 drought in southern Brazil. **Revista Brasileira de Recursos Hídricos**, Porto Alegre, v. 25, e48, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbrh/a/tTbsPcbn5TYLsQcDWyhgD7K/>. Acesso em: 19 mai. 2025.

MARTINS, Fabrina Bolzan; *et al.* Classificação climática de Köppen e de Thornthwaite para Minas Gerais: cenário atual e projeções futuras. **Revista Brasileira de Climatologia**, Curitiba, ano 14, p. 129-156, nov. 2018. Edição especial. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/revistaabclima/article/view/60896/36669>. Acesso em: 19 mai. 2025.

SILVA, Nathiel de Sousa; *et al.* Ocorrência de Ondas de Calor com Dados de Reanálises em áreas do Nordeste, Amazônia e Centro-Sudeste do Brasil. **Revista Brasileira de Meteorologia**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 4, p. 441-451, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbmet/a/nY4D3kzrPmZhH5zrg3Vvrm/>. Acesso em: 19 mai. 2025.